

O RESGATE DOS ANTIGOS PARA A PROPAGANDA DA EUGENIA DE RENATO KEHL EM *LIÇÕES DE EUGENIA* (1929)

Leonardo Dallacqua de Carvalho²¹

Resumo: Por meio da obra *Lições de Eugenia*, publicada em 1929, o eugenista Renato Kehl estabelece as matrizes do pensar eugênico e traz à tona uma justificativa histórica, voltada à Grécia Antiga para fomentar as concepções da eugenia como uma preocupação de longa data. Pautando-se em um diálogo de “A República” de Platão, Kehl lança as bases históricas dos “bem-nascidos” que seriam uma preocupação antiga e, portanto, que esteve no seio da humanidade antes mesmo de Francis Galton. Nosso texto não tem nenhuma pretensão de colocar a eugenia como uma prática advinda da Antiguidade, mas sim, por meio das fontes que optamos utilizar demonstrar como o eugenista referenciava aos momentos desse período como justificativa de uma “história” da seleção humana.

Palavras-chave: Eugenia, Renato Kehl, História da Ciência.

RESCUE OF OLD FOR ADVERTISEMENT OF THE EUGENIA RENATO KEHL LESSONS IN EUGENIA (1929)

Abstract: Through the work of Eugenia Lessons, published in 1929, the eugenicist Renato Kehl establishing the headquarters of eugenic thinking and brings up a historical justification, dedicated to Ancient Greece to promote the ideas of eugenics as a long-standing concern. Is guided in a dialogue of "The Republic" by Plato, Kehl lays the historical foundations of the "well-born" that would be an old concern and, therefore, who was in the midst of mankind even before Francis Galton. Our text has no intention of putting eugenics arising as a practice of antiquity, but rather, through the sources we choose to use to demonstrate how eugenics was referring to the moments of that period as a justification of a "history" of human selection.

Keywords: Eugenia, Renato Kehl, History of Science.

“Será a era da ultra-profilaxia mental e moral”. (KEHL, 1937, p. 7).

²¹ Mestrando em História na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Assis. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: leo_gerrard@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Foi como uma ciência da “bôa geração” (sic)²² (KEHL, 1929, p.5) que o conceito de eugenia adentrou nas preocupações de uma parcela dos estudiosos brasileiros das primeiras décadas do século XX que, entre outras, tinham por objetivo investigar a “herança biológica” da nação na tentativa de “consertar” aqueles que seriam considerados “degenerados” ou elementos constitutivos do “atraso social” brasileiro.

Antes, na segunda metade século XIX, com a grande recepção das ciências naturais e, sobretudo a publicação do livro *Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin, os animais, plantas e o próprio homem tornaram-se alvos de pesquisas que tinham como escopo investigar suas origens à luz de uma ciência que começava a engatinhar-se na sua instrumentalização e institucionalização. O que não quer dizer que não havia ciência antecedendo este limiar cronológico. Nesse sentido, Eric Hobsbawm, por exemplo, nos mostra que o planeta Netuno já havia sido descoberto em 1846 (HOBSBAWM, 2010, p.436) ou mesmo homens como James Clerk Maxwell (1831-1879) já formulavam posições sobre modelos e paradigmas científicos (HOBSBAWM, 2010, p.384). Porém, a obra de Charles Darwin trouxe novas perspectivas na inserção do debate entre origens das espécies por seleção natural e o “papel da natureza” na construção das espécies. Tomando mais uma vez Hobsbawm, este avanço científico e seus paradigmas eram pautados:

Pela descoberta de novos problemas, de novas maneiras de abordar os antigos, de novas maneiras de enfrentar ou solucionar os velhos problemas, de campos de investigação inteiramente novos, de novos instrumentos práticos e teóricos de investigação (HOBSBAWM, 2010, p.436).

É neste fervor científico que Francis Galton - curiosamente primo de Charles Darwin – se volta para os estudos da hereditariedade com publicações sobre o assunto no periódico *Macmillan's Magazine*, (1865) e em seu livro *Hereditary Genius* (GALTON, 1869). Contudo, é somente em 1883, na obra *Into human faculty and its development* que irá cunhar o termo que viria a ser a concepção da teoria dos “bem nascidos” ou, conceitualmente, a eugenia. Em uma de suas primeiras notas, Galton faz referência à carga conceitual da eugenia e a delimita nas bases da hereditariedade relacionada ao “bom estoque”, conceito baseado no grego *Eugenes*, e que significa “hereditariamente dotado de nobres qualidades” (GALTON, 1883, p.24)

²² Opcionalmente, as citações foram utilizadas neste artigo como aparecem nas fontes. A gramática não foi atualizada.

Galton, por sua vez, dialogava com uma ciência em formação que caminhava na produção de um conhecimento voltado para a compreensão do homem desde sua gênese ao interior do corpo. Portanto, o “pai da eugenia”, como aponta Stepan, leu a obra do seu primo Darwin, e isso o possibilitou a compreender os aspectos da evolução que,

agrupados de nova maneira, constituíram o cerne da eugenia: a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural (STEPAN, 2005, p.30).

No que concerne a uma ciência do século XIX, a eugenia encontrou alicerces para se ramificar e adentrar no estabelecimento científico como possibilidade de compreensão do homem e seu “talento hereditário”.

A visão eugênica irradiou-se para fora da Inglaterra ao longo das décadas porvindouras. Países como Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, México, Argentina, Alemanha e, inclusive, o Brasil, importaram as formulações eugênicas cada um ao seu modo, mediante as potencialidades dos contextos históricos em que foram engendradas. Aqui, é válido um parêntese, pois a eugenia não pode ser vista como um movimento unitário e homogêneo, uma vez que ela representou características próprias de desenvolvimento mediante as localidades e momentos sociais e políticos que lapidaram seu uso por estas sociedades. Assim, pensar uma eugenia no México da mesma forma que na Argentina ou Brasil é desapropriá-la de suas características ímpares nos seus contextos históricos. Todas poderiam nutrir as bases teóricas de Galton, porém, seu florescimento presume a regras próprias do povo e da política que a recepciona. Os contextos históricos de cada país ditarão, em partes, as regras de como as teorias raciais serão manuseadas.

Por sua vez, a eugenia escreveu nas páginas da história do Brasil e, como citado anteriormente, esteve inserida como um movimento autônomo, aliado as suas questões interiores que se metamorfosearam a guisa da adaptação do discurso interno onde esta ciência ligava-se – apesar de possuir seu próprio rigor - aos ideais em voga como o sanitarismo, higienismo e branqueamento, por exemplo. Sua aparição no país pode ser observada juntamente com o avanço das ciências que com sua autoridade própria pôde ser compreendida por Regina Horta Duarte que:

Orientou políticas públicas de saúde e saneamento direcionadas às populações humanas e ao reino animal e vegetal. Enfim, a biologia foi um saber absolutamente estratégico e, sobretudo, político, pois nela residia a possibilidade de viabilizar uma nação e seu povo (DUARTE, 2010, p.48).

O que Duarte procura nos mostrar é a autoridade da disciplina e, inclusive, a medicina que desempenhava uma posição de grande legitimidade na sociedade, onde políticas públicas de saúde e saneamento atuaram como possíveis soluções para repensar e agir no cerne da nação em vista da ânsia da constituição de um “povo brasileiro”. No início dos Novecentos, a medicina já possuía seu brasão de ser uma “possível” solução para os “problemas nacionais”, tanto no que diz respeito às doenças como à “raça”. Era necessário cuidar da população e, por isso, os projetos higienistas davam uma nova dinâmica à sociedade brasileira preocupada em “curar” as “mazelas” da nação. Dessa forma, aponta Schwarcz que,

ao lado das pesquisas em bacteriologia dos estudos sobre a patologia das moléstias tropicais, começam a tomar força os projetos de saneamento que, escapando do terreno estrito da medicina, propõe medidas diretas na intervenção da realidade social (SCHWARCZ, 1993, p. 297).

A ação médica tornou-se assim, uma espécie de “patrulha” no que tange às “enfermidades” da nação como um todo. Afinal, o Brasil era por excelência um “país doente”. Isto se refere desde sua condição de moradia, seus sertões²³, a vida privada e, neste íterim, o corpo humano. O discurso pessimista de um país como um “grande hospital” e a divisão determinista de “raças” que contribuía para o progresso não da sociedade, mas das suas “mazelas”, forjou-se no debate acadêmico que passou a avistar grupos sociais como um fenômeno de “degeneração”. Sendo assim, “predominava um profundo pessimismo em relação às potencialidades das populações negras e mestiças, vista como degeneradas, incapazes de civilização e condenadas ao definhamento” (DUARTE, 2011, p.42), escreve Duarte.

É nesta turbulenta (re)construção da identidade nacional, que logo na segunda década do século XX, a eugenia se apresenta como fórmula de ação inversa aos projetos sanitários sociais. A eugenia se proporcionava como uma ferramenta para “consertar” o interior do homem, sua hereditariedade e seus genes. Isto significa uma visão predisposta a compreender pelo método da ciência eugênica²⁴ que o problema estaria posto também na hereditariedade do “povo brasileiro”. A “raça”, que por sua vez era assunto em voga em uma sociedade

²³ Vale anotar as investidas de Artur Neiva e Belisário Penna nas campanhas de saneamento nas localidades interioranas. Este último, como aponta Duarte, “lançou, em 1913, verdadeira ‘cruzada da medicina pela pátria’, e um ano depois seria criada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, através da qual várias mobilizações pelo ‘salvamento’ do homem do sertão foram iniciadas. A população condenada por muitos como inferior, poderia finalmente ser resgatada de sua fragilidade doentia graças às campanhas de saneamento” (DUARTE, 2011, p.42).

²⁴ Cabe esclarecer o que o termo “ciência eugênica” pertence segundo nossa argumentação a uma ciência reconhecida pelos seus pares na época em que prosperou. Independente das divergências ela fazia parte do reduto científico, foi aceita e aplicada. A desconstrução e o reducionismo que lhe foi atribuída décadas depois do seu esquecimento como “pseudociência” não nos é pertinente a discussão. A eugenia deve ser enxergada pelo contexto e tempo em que foi empregada para que se evite anacronismo.

virtualmente miscigenada receberia agora uma identificação própria baseada nos estudos galtonianos e algumas de suas interpretações que se disseminaram por todo mundo.

Aliás, a saúde mental também fora material de estudo relacionados a esta “degeneração humana” e aos estudos eugênicos, o que, para nós, denotam a influência e expansão dos interesses da medicina aliada a novas formas de analisar o homem. Nesse sentido, José Roberto Franco Reis (2000) arremata:

Assim, seduzidos pela idéia de uma "ciência" que anunciava medidas decisivas para resolver o grave problema da composição racial do brasileiro, condição de possibilidade de construção da nação, os intelectuais brasileiros, sobretudo os médicos, vão aderir à causa eugênica. E certamente um dos lugares onde a eugenia teve ótima aceitação foi nos meios psiquiátricos nacionais.

Em sintonia com o entrelaçamento entre saúde, higiene mental e eugenia, não podemos deixar de citar o ramo da Antropologia Criminalista que trabalhou como uma vertente aliada ao crime e a hereditariedade como pressuposta da sua condição humana. Deveriam se atentar ao criminoso e seu perfil para assim evitar o crime. O maior expoente desta escola que já fazia seu nome desde o século XIX foi o italiano Cesare Lombroso da escola de Turim. Para Stepan, “a higiene mental de orientação eugênica pode ser vista como elaboração adicional e ‘modernização’ do ensinamento de Lombroso de que as características criminosas são hereditárias” (STEPAN, 2005, p.58) e, no caso do Brasil, seu contexto social proporcionava abraçar esta concepção e aliá-la as novas verificações científicas no que tangiam o escopo do “homem” vitimado pelos seus caracteres hereditários.

Na trilha do pensamento eugênico, que é nosso foco, encontramos finalmente o médico que podemos situá-lo como um dos maiores propagandista da eugenia, responsável por dezenas de obras sobre a temática e, sem dúvida, personagem de destaque na difusão do conhecimento no país, Renato Ferraz Kehl. Nascido em Limeira, no interior do Estado de São Paulo, em 1889, escreveu livros e artigos sobre a temática e tornou-se referência para àqueles que desejasse compreender a ciência de Galton.

Se pudermos grafar uma data específica em que a eugenia entra pela voz de Kehl no Brasil seria no ano de 1917, ao proferir uma apresentação à Associação Cristã de Moços.²⁵ Neste momento, a eugenia foi vista como mais uma ferramenta positiva na “epopeia” racial brasileira tendo em vista que vários intelectuais – entre eles, Monteiro Lobato -, simpatizaram com suas concepções. Kehl foi responsável por dezenas de livros que direcionaram a eugenia como a uma possível “restauração” da conduta humana. Vale citar, por exemplo, a obra

²⁵Segundo Stepan, “muitas dessas palestras foram reimpressas em um volume publicado pela sociedade em 1919 sob o título de Annaes de Eugenia”. (STEPAN, 2005, p.57).

Educação Moral onde de maneira didática e ilustrativa procura ensinar as crianças bons modos e o que deve ser socialmente evitado. Sobre a obra, Kehl introduz que, “Os mestres, sentinelas da higiene mental, tornar-se-ão os denunciadores das aquelas que, tratadas em tempo, concorrerão para a salvação de inúmeros indivíduos que atualmente fracassam para a família e a sociedade” (sic) (KEHL, 1937, p.7).

Neste sistema propagandista, a criança era um importante alvo, pois, era no começo da vida que se tentava corrigir certos “vícios” e atitudes inadequadas. Novamente se apropriando do trabalho de Reis, o autor estabelece que entre as preocupações da Liga Brasileira de Higiene Mental estava a relacionada à infância onde, “dentre as várias seções de estudo que compunham a sua organização, havia uma exclusivamente dedicada à infância chamada Seção de Puericultura e Higiene Infantil” (REIS, 2000). Portanto, não nos estranha a preocupação de Kehl em confeccionar uma obra que atingiria não somente os níveis intelectuais da sociedade brasileira com a propaganda eugênica, mas todo seu organismo social. Vanderlei Sebastião de Souza disserta:

De maneira geral, a extensa obra deste autor se destacou pela obsessão em torno da idéia da regeneração eugênica da “raça nacional”, voltando sua atenção para um amplo debate sobre o futuro racial do homem brasileiro e a formação da nacionalidade (SOUZA, 2006, p.14).

Esta obsessão que aponta o autor tornou-se presente durante a trajetória da eugenia no Brasil por Kehl. A hereditariedade poderia ser a chave mestra da tão almejada “arrumação” da identidade do povo brasileiro que desde o século anterior apontava para a pluralidade racial brasileira como uma das culpas pelo atraso da nação. O Brasil necessitava ser homogêneo, pois se acreditava que isso “era a base de qualquer Estado nacional, mas a diferença entre as populações abarcadas pelo Estado brasileiro começava a ser vista como um problema” (MAIO; RAMOS, 2010, p.34).

Tomando para si esta responsabilidade como porta voz da eugenia no Brasil, Kehl procurou trazer em seus escritos diversos “manuais” da eugenia, o que talvez tenha sido uma forma de edificar em todos os sentidos sua visão de uma sociedade “enferma” e que, pelas propostas das leis eugênicas poderia atingir sua vitalidade. Destarte, o casamento, o consumo de álcool, a “raça”, as doenças, a infância, a fealdade, a moralidade, a pátria, enfim, tudo estaria dentro do pertencimento da análise eugênica de Kehl. Além das preocupações do envoltório social, o eugenista buscou “lecionar” em seus livros o sentido teórico da eugenia. Para isso, dialogou com autores internacionais como Charles Davenport, Leonardo Darwin e tantos outros que em seus respectivos países desempenhavam uma “cruzada eugênica”.

Entre conceitos da biologia da época e a ciência da eugenia em desenvolvimento, o livro *Lições de Eugenia* atua nessa vertente de “ensinar” biologia, eugenia e os preceitos que levaram à concepção dos “bem-nascidos” à ordem do dia para Renato Kehl. Dentre os princípios de eugenia, ele procurou situá-la em um momento histórico, mais propriamente na Grécia Antiga, dando-lhe assim, uma ferramenta argumentativa que buscou induzir o pensar da hereditariedade como uma preocupação social de séculos anteriores, inquietando, até mesmo, filósofos como Platão. Não queremos com isso dizer que a eugenia advém da antiguidade - seria anacrônico -, mas que o pensamento forjado por Kehl em sua obra buscava comprovar que tal prática já era uma preocupação entre os “antigos”. Em nossa fonte de análise pudemos perceber a construção intelectual de Kehl a guisa da apropriação de postulações da Antiguidade para a eugenia e, é o que veremos no item que segue. Justamente por ser um “manual” acreditamos que ele buscou este caráter “histórico” para justificar que a preocupação com os “bem nascidos” sempre foi uma preocupação dentro da história da humanidade.

ENTRE ANTIGOS E MODERNOS

É inevitável para quem se inicia na compreensão dos contextos históricos da eugenia as comparações com a condição dos padrões das esculturas gregas ou mesmo lembrar-se das histórias espartanas de “seleção” de indivíduos mais proeminentes para a conjuntura social que se estabelecia nos ditames de seus juízos de valor e suas regras. Para nós, não nos cabe o aprofundamento de uma historiografia da Grécia Antiga, mas sim, apontar certas comparações que são evidentes no discurso eugênico e que fazem parte da construção intelectual de Renato Kehl na obra *Lições de Eugenia*. Mais uma vez, o que procuraremos analisar é uma justificativa do autor com relação à antiguidade e seus “padrões” físicos e intelectuais, similares aos apontados pela eugenia a partir da leitura de Kehl e não induzir o pensamento de que a eugenia já possuía raízes na Grécia Antiga ou qualquer outro momento antes de Francis Galton.

Posto isto, podemos perceber que não somente os teóricos do final do século XIX e princípio do XX se embebedaram das comparações com os Antigos, como o próprio Kehl – que faz parte deste contexto das primeiras décadas do século XX – que, procurou enfatizar esta herança da Antiguidade como uma possível preocupação com a “seleção humana” já naqueles tempos. Nesse sentido, a obra nos remete, por exemplo, ao conjunto de leis de Licurgo onde os recém-nascidos passariam por um rigoroso conselho de sábios e se

constatada qualquer anomalia a criança seria sacrificada. Por esta percepção, a escolha dos “melhores” estaria entre as leis dos Antigos para a manutenção de uma sociedade que por muito tempo foi inspiração de povos que os sucederam na História. E claro, é importante ressaltar que o padrão grego sempre foi visto como um exemplo de beleza e virilidade.

O interesse pela Antiguidade não era algo novo. Sem comparações esdrúxulas e impertinentes podemos nos remeter a fala de Arnaldo Momigliano ao tratar dos antiquários onde para estes, “por trás dos itens individuais, aparentemente não relacionados, estava a Antiguidade, misteriosa e augusta. Implicitamente, todo antiquário sabia que estava destinado a acrescentar alguma coisa à imagem da Antiguidade” (MOMIGLIANO, 2004, p.90). Isto é, as sociedades Antigas permaneceram como espelho para muitos homens que enxergavam sob suas óticas particulares formas organizacionais intrigantes e que, inclusive, eram sinônimos de sucesso para os contemporâneos. No caso dos antiquários, uma vontade de acrescentar alguma coisa à Antiguidade, na eugenia um elemento dos “bem-nascidos” que deveria ser incorporado sob a nova luz da ciência que se formava com a hereditariedade.

Não precisamos recuar tão longe. Vale lembrar-se da referência ao conceito de “piscadela” que cita François Hartog onde o “recursos a nomes extraídos da Antiguidade para batizar objetos que são os próprios emblemas da ciência e da técnica modernas (...)” (HARTOG, 2003, p. 117). Tomando os argumentos do autor, este resgate aos antigos pode ser evidenciado pelos aparatos da indústria bélica como, por exemplo, os mísseis batizados como *Ariadne* ou *Titan*²⁶. Isto pode ser notado, para nós, com a própria palavra “eugenia” que foi inspirada no grego *Eugenes*. Os gregos permanecem na imaginação das sociedades e suas referências são compartilhadas na memória coletiva contemporânea seja em nomes de objetos ou mesmo em conceitos científicos, como a ciência eugênica.

É por este esforço que a indagação de Rodrigo Turin nos é pertinente: “O que resta, enfim, da autoridade dos antigos quando todo esforço está dirigido a garantir a legitimidade dos modernos?” (TURIN, 2010, p.132)²⁷. Esta inquirição pode ser usada para nós de outro modo. Até que ponto os antigos podem ser usados pelos modernos para se legitimarem? No que concerne à eugenia, quem nos dará esta resposta é a o próprio Renato Kehl ao trazer a Antiguidade como referência para a história da eugenia.

²⁶ *Ariadne* na Europa e *Titan* nos Estados Unidos.

²⁷ No referido artigo, o autor trabalha essa presença dos antigos enquanto elementos autoridade nos textos do IHGB. Em suma, nas palavras do autor “A aproximação entre ‘antigos’ e ‘selvagens’, desse modo, vinha a ser regulada por aquilo que se esperava extrair da comparação simultaneamente enquanto efeito de conhecimento e artifício retórico de persuasão: seja para enobrecer os indígenas, seja para acusar sua irrecuperável inércia histórica”. (Idem., p.136). Assim, a questão Greco-romana foi utilizada por Gonçalves Magalhães a ideia de que os antigos saíram do estado selvagem e atingiram o ápice do progresso e, isso seria possível para os indígenas considerados selvagens no Brasil. (Cf. TURIN, 2010, p.138).

Nossa investigação colide nessa busca da “antiguidade eugênica” em *Lições de Eugenia* que, logo na sua “1º Lição” estabelece suas definições e pertencimentos. Entre muitas definições, Kehl atribui a eugenia como uma ciência e, “Como sciencia, tem por objecto de investigação da herança biológica; como arte tem por escopo a bôa geração” (sic) (KEHL, 1937, p.5). A princípio, vemos o autor lançando uma definição da legitimidade da eugenia como ciência que tem por meta a investigação da hereditariedade e por objetivo promover a “boa geração” ou como Galton também dizia, o “talento hereditário”.

Após defini-la, Kehl irá buscar na história elementos que fomentem uma argumentação voltada para justificar que a eugenia sempre foi uma preocupação, mesmo sem uma “ciência hereditária”²⁸ desenvolvida como a do seu tempo. O primeiro item que notamos foi o enaltecimento da sociedade grega que, para ele, fazendo referência ao coletivo “historiadores”, tiveram contato com outros povos, assimilavam sua cultura material, religiosa, artística e filosófica, mas sempre as absorvendo com um caráter brilhante e ímpar “sem nunca se deixar absorver por influencias estranhas, como sóe acontecer á generalidade dos povos” (sic) (KEHL, 1929, p.7). Deste modo, o eugenista estabelece a ligação a partir dos “historiadores” – que não são identificados - que tomam nota do contato dos gregos com outros povos, mas ao mesmo tempo estabelece uma “genialidade” grega que pode separar o que era bom ou ruim, dando critérios próprios de sua sociedade a essa assimilação cultural.

Neste ponto, o autor faz uma comparação delimitada do qual analisa os gregos em relação aos indianos, sendo o último, motivo de desprezo. Segue o excerto:

Tão solido era o character dos hellenos que o ascetismo e o mysticismo contagioso dos indianos não os desviaram da norma traçada atravez das gerações [...]. E emquanto os indianos consideravam a vida uma expiação, os gregos amavam-n'a, cada vez mais, sem consideral-a daquelle modo pessimista.

Dentro deste criterio, fundado no desprezo do corpo e na concentração espiritual vivia o povo indiano, enquanto o grego divinizava a robustez e a belleza nos festins alegres das palestras (sic). (KEHL, 1937, p.7-8).

Para Kehl, os gregos sabiam valorizar a vida sem o pessimismo que estaria presente na concepção do povo indiano. Por isso, o grego valorizava o corpo ao passo que não deixava de lado os valores sobrenaturais, enquanto o indiano fazia o oposto. Esta dualidade é estabelecida pelo autor já como argumento inicial para mostrar que o “espelho” deve ser a

²⁸ Aqui se entende as aspas pela não concepção dos antigos dos estudos hereditários do século XIX. Não se deve entender como “não ciência”, conceito este do qual consideramos equivocado. O excerto de Schwarcz corrobora nesse sentido “Chamar tais modelos de “pré-científicos” significa cair em certos reducionismos, deixando de lado a atuação de intelectuais reconhecidos da época, e mesmo desconhecer a importância de um momento em que a correlação entre produção científica e movimento social aparece de forma bastante evidenciada” (SCHWARCZ, 1993, p.23).

civilização grega, pois, mediante a época em que viveram saíram na frente das outras civilizações não somente na questão física como moral e, portanto, deveriam ser imitados pelos modernos.

O escrito diz respeito ainda a outras localidades que deveriam ser motivo de inspiração. A Lacônica, por exemplo, é referência como sinônimo de aperfeiçoamento humano. Esparta, que citamos no início desse tópico, aparece sob o emblema de um povo nacionalista, preocupado com o progresso da sua “raça” dando-os um sentido homogêneo com prioridades para homens “robustos, bellos e inteligentes” (sic) (KEHL, 1929, p.8). Esta trindade contempla um sentido eugênico de uma sociedade que deveria ser forte, bonita e sábia. Em outras palavras, desde seu aspecto físico ao seu aspecto moral. Para traçarmos um paralelo da realidade brasileira na época de Kehl, vale a referência ao “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, que pela sua descrição física e moral era exatamente o oposto dos ideais almejados dos antigos, pois era fraco, feio e ignorante. Para ilustrar melhor a figura do “Jeca”, como aponta Tania Regina De Luca, “[...] ele era o retrato fiel do homem sertanejo do norte e do sul do país, estagnado na escala evolutiva, uma quantidade negativa, nas palavras do seu criador, inapto para enfrentar os desafios da modernidade” (DE LUCA, 1999, p.203).

Kehl projeta a sociedade pela lente do seu tempo e, diante da contextualização da eugenia por ele próprio e proeminente em suas obras parecia claro que uma parcela do povo brasileiro não atendia esta “norma de perfeição grega” de vivência e aspirações. Mas Kehl acreditava em uma solução que poderia ser extraída dos ensinamentos da própria história da Grécia Antiga. A partir de

leis severas” podia-se atingir o grau de melhorias que a eugenia professava. Para ele, eram “leis severas, *mesmo crueis*, para garantir o futuro do povo impar, como o grego, cujas gloriosas tradições se acham impressas, indelevelmente, no seu bello passado millenar (sic) (KEHL, 1937, p.8, grifo nosso).

Nesse momento, o eugenista considera que para atingir o ponto glorioso e possuir um belo passado como os gregos, alguns sacrifícios deveriam ser feitos para o bem deste povo. Não raramente, ao longo da sua trajetória como expoente da eugenia no Brasil, Kehl estabeleceu propostas como controle matrimonial, coibição de grupos étnicos na imigração, esterilização de “degenerados”, enfim, na visão de Kehl eram necessários sacrifícios, por mais cruéis que sejam para reconstruir o povo.

Por este prisma, o autor baseia-se nos gregos para uma solução cruel, mas que se coaduna com o discurso analítico que pretendia traçar entre as analogias de um povo glorioso e belo, com o povo que deveria assimilar essas qualidades, a saber, o “povo brasileiro”. Esta

comparação com os antigos traz à baila uma “panfletagem” para o leitor de *Lições de Eugenia* de como deveria ser a ação dentro do Estado. Dessa vez, utiliza-se de Lycurgo, um legislador de Esparta que teria sido um expoente na “seleção humana” onde lançava a criança ao Eurotas,

[...] as pobres e infelizes crianças cuja a sorte lhes ditara a má sina de virem ao mundo rachíticas e degeneradas. Esse tyrano que viveu no 9º seculo antes da éra christã não concebia a existencia de entes cacogenicos que viessem perpetuar a sua monstruosidade, fealdade ou doença. O Eurotas era o remédio radical contra a degeneração, - o tumulto da anormalidade (sic) (KEHL, 1937, p.8).

Apesar de drástica, a ação do tal tirano parece convergir com o que o eugenista entende por medidas profiláticas e, inclusive, considerando-as viáveis no Brasil. Vale anotar, como expressa Souza, que Kehl sugeria a aplicação nesta obra, de forma explícita, das “principais medidas eugênicas que norteavam os princípios da ‘eugenia negativa’ alemã, ou seja, o controle deliberado da reprodução humana” (SOUZA, 2006, p. 141). Por isto, ao lermos a referência à Lycurgo, estamos assimilando um desejo do próprio Kehl no trato com os “degenerados”.

Lycurgo parece efetivamente ser um exemplo grego a ser tomado para a constituição da eugenia na concepção de Kehl. Além de lançar crianças que não compactuavam com a forma de perfeição desejada ao Eurotas, os estrangeiros também seriam alvos da “melhoria da raça”. Sobre Lycurgo, “sapiente e precavido para manter o prestígio moral e physico da raça, determinou ainda a expulsão dos estrangeiros perniciosos, applicando a ‘xenelasia’, sobretudo aos athenienses [...]” (sic) (KEHL, 1929, p.9). Aqui, a palavra “raça” mais uma vez torna-se a vertente eugênica para o cuidado do povo tanto na sua concepção física quanto moral e, por conta dessa preocupação, Lycurgo acabou por delimitar mais um elemento para o resguardo da “raça”, os estrangeiros. Kehl cita em especial os Atenenses que segundo ele, “[...] cujos principios julgava attentatorios ao character e aos interesses dóricos” (sic) (KEHL, 1929, p.9).

Há mais um elemento compartilhado por Kehl em referência a Lycurgo, a restrição à imigração. Kehl considerava que alguns imigrantes seriam mais “desejáveis” que outros, pois, “o problema da immigração é de grande importancia eugenic. Merece ser tido em alta conta pelos nossos dirigentes. Precisamos de leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienigenas no paiz” (KEHL, 1933, p.87) A preocupação do eugenista era evidente ao alertar que o governo deveria se precaver e não permitir a entrada de qualquer “tipo” de imigrante no país. Era função dos governos restringirem a imigração, principalmente dos “alienígenas” ou como também preferia Kehl, os “indesejáveis”. Parte dessas preocupações

com a imigração pode ser vistas nas principais conclusões aprovadas no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929. No que diz respeito aos imigrantes, segue o item 9º:

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora reconhecendo o valor da selecção por meio de uma escala diferencial das correntes imigratorias em muito *desejaveis, desejaveis e indesejaveis*, julga,entretanto que o criterio selectivo mais eficaz é o exame das condições individuais de cada imigrante (sic) (KEHL, 1933, p. 260)

Independente dos debates gerados acerca de quem seriam os “desejáveis” ou “indesejáveis”, a questão foi posta por Kehl como sendo função do Estado este controle. Ao ler o excerto da xenelasia grega, podemos imaginar como uma medida de restrição no Brasil também seria de bom grado. Prova disso, consiste em percebermos que umas das aprovações do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia se atentaram a pensar a questão, inclusive com testes individuais (STEPAN, 2005, p. 175-176). Uma nação que buscava a melhoria do seu “tipo nacional” necessitaria de medidas extremas, uma vez que ao exemplo da Grécia Antiga “esse criterio seleccionador foi praticado pelo povo mais robusto de todas as eras” (sic). (KEHL, 1929, p.9).

Kehl também procurou tecer críticas àqueles que não estavam totalmente comprometidos com os ideais eugênicos da Antiguidade. Apesar de fazer referências aos espartanos, para o autor, estes pecavam em dois pontos, mas que “com o correr dos annos corrigiu-se a inflexibilidade dórica; modificou-se o processo de selecção racial; tornando-o consentaneo com os verdadeiros intuitos humanitarios” (sic) (KEHL, 1929, p.9). Este problema “grave” que desprendia os verdadeiros sentidos humanitários tem a ver com a preocupação não somente da força muscular e guerreira, mas a apreciação ao trabalho e inteligência para que a harmonia pudesse ser homogênea no homem. Assim, como exemplo de inquietações com base no espartano estabelece:

O espartano era um guerreiro e não um trabalhador e, comquanto rude e honesto, um aristocrata. Com desprezo abandonava o trabalho aos escravos ou ilotas. Desse modo estes progrediam emquanto elles se estagnavam. Não comprehendiam, ainda, o valor estimulante do trabalho util para o cérebro e para o corpo... todos os seus esforços visavam apenas a força muscular, a destreza corporal, a coragem, a honestidade e a simplicidade de costumes, nunca, entretanto, a elevação da intelligencia e dos sentimentos. (sic) (KEHL, 1929, p.9).

Ao cuidarem do corpo e da mente acreditava-se que o indivíduo se elevaria também em sua moralidade e seus “valores humanitários”. Assim, os exemplos do povo grego, expoente de modelos eugênicos por excelência, trazia a grafia para Kehl desde seus pequenos problemas que melhoraram ao longo do tempo, até suas ações com os “bem-nascidos” e

“degenerados” que elevaram a sociedade na mais apreciável possível no contexto de eminência do autor. Este mundo grego, nas páginas de *Lições de Eugenia*, era uma constante que deveria ser “imitada” pelos seus contemporâneos.

Em última análise, cabe um tópico chamativo na obra de Kehl denominada “Platão e a selecção humana” (sic) (KEHL, 1929, p.9). O autor se atenta a um trecho do diálogo escrito em “A República”, por Platão, entre Sócrates e Glauco onde neste texto estaria assinalada uma das preocupações da “eugenia” e “hereditariedade” da Grécia Antiga, inclusive, sendo discutidas por homens eminentes da filosofia. Colocaremos a referência de Kehl na íntegra, apesar de um pouco extensa, o documento expressa o que o eugenista do século XX considerara como primor na Antiguidade:

- SOCRATES – Vejo que crias em tua casa cães de caça e muitos passaros de bella especie. Cuidaste dos meios de os cruzar e terem filhos?

- GLAUCO – Que se deve fazer?

- SOCRATES – Entre esses animaes, se bem todos sejam de bôa raça, nao ha alguns que são ou se tornaram superior aos outros?

- GLAUCO – Sim, existem.

- SOCRATES – Queres que todos se reproduzam igualmente ou apenas aquelles melhor prendados?

- GLAUCO – Prefiro, certamente, que se reproduzam os últimos.

- SOCRATES – Dos mais moços, dos mais velhos ou dos que estão na força da idade?

- GLAUCO – Destes, está visto.

E, nesse sentido, transcorre o interessante e instructivo dialogo, até que Socrates exclama:

- Grandes deuses, se o mesmo se praticasse em relação a especie humana, que homens superiores não nos adviriam por esse meio! Escolhendo os individuos mais indicados para dar filhos são, vigorosos, inteligentes, capazes de augmentar o valor physico e moral da raça! (sic) (KEHL, 1929, p. 10).

Mais uma vez, a Grécia Antiga trazia elementos que se concatenavam com as concepções eugênicas de Renato Kehl. Agora, ela se apresentaria por meio da filosofia, um dos pedestais intelectuais da sociedade que pôde deixar para a posteridade uma herança por meio de homens como Platão, Políbio, Heródoto e Tucídides. Sendo assim, não parece distante imaginar a influência de um texto como do diálogo entre Sócrates e Glauco remontado por Platão não possuísse sua força motriz na justificativa na construção do pensar eugênico em um futuro não distante.

Primeiramente, Sócrates indaga Glauco sobre o cuidado no cruzamento das espécies, em especial, os animais que Glauco tinha em sua casa como cães de caça e pássaros. Sócrates continua permeando o seu discurso a respeito do cruzamento entre determinados elementos de cada espécie em gerar proles “superiores”, o que, por sua vez, a resposta afirmativa de Glauco

em procurar espécies cada vez mais evoluídas é apontada e desejada. De tal modo, Glauco quer os melhores e, para Sócrates, a seleção das espécies traria uma progressão cada vez maior rumo à “perfeição”. Neste primeiro ponto do diálogo podemos fazer um paralelo com o estudo de Charles Darwin – que inclusive era um criador de pombos - no livro *Origem das Espécies* onde discutia sobre a seleção natural o cruzamento de espécies domesticas sob o controle para uma crescente melhoria das gerações porvindouras com base em uma característica requerida. Em outras palavras, Kehl e Galton leram Darwin, que por sua ciência moderna estabelecia as raízes do pensamento da hereditariedade. Havia, portanto, uma vontade de comparar elementos que pareciam próximos, mesmo estando em tempos tão distantes.

Ao passo que Kehl encontra nas fontes de Platão elementos de observação de melhoria racial que se aproximavam, inclusive, dos estudos empíricos de Darwin, isto não poderia estabelecer um pressuposto suficiente para o eugenista concluir que os Gregos Antigos já se atentavam há muito tempo sobre a melhoria da “raça” e, por consequência, seu “fruto eugênico”? Ilustraremos melhor com uma passagem do livro do próprio Darwin:

Não há duvidas de que uma raça pode ser modificada por cruzamentos ocasionais, admitindo-se a cuidadosa seleção dos mestiços que apresentarem qualquer característica desejada; entretanto, seria muito difícil obter uma raça virtualmente intermediária entre duas raças ou espécies completamente distintas (DARWIN, 2005, p.47).

Diante de toda autoridade científica e empírica de Darwin na segunda metade do século XIX, somado ao impacto da sua obra, as referências entre o diálogo de Sócrates e Glauco e a leitura do excerto exposto de Darwin parecem se entrecruzarem. Assim, poderia parecer para Kehl que os Gregos Antigos já conheciam esta prática da possibilidade da “seleção humana”. Afinal, Sócrates aconselha a Glauco que selecionando as melhores proles poderá conseguir indivíduos cada vez mais aptos e com qualidades mais proeminentes ao desejo do criador. Não estamos dizendo que Platão, Sócrates ou Glauco são precursores da seleção natural ou que isso tenha qualquer base da ciência da hereditariedade - na verdade isso seria um erro primário. O que estamos querendo apontar é como o quebra cabeça da eugenia parecia ter suas peças selecionadas a guisa dos diálogos da Antiguidade em vista com uma ciência que se produzia, e como “mágica” se complementava e justificava-se nas ações para o organismo social dos autores modernos.

Se no âmbito dos animais a lógica se convertia, Sócrates dará no final do texto o argumento “eugênico” que fomenta todo o discurso de Kehl ao trazer *A República* como texto referencial. Ou seja, a mesma lógica da melhoria das raças dos animais com as “raças

humanas”. Esta argumentação estabelece-se no final do colóquio em que Kehl faz questão de destacar a exclamação de Sócrates. Quase em um sentido apologético, Sócrates saúda a possibilidade de que o mesmo cuidado com que se tem com as espécies animais também se apropriasse das “espécies humanas”. Com este cuidado, exclama o autor, “que homens superiores não nos adviriam por esse meio!”. São estes homens dotados como afirmou Galton com o “talento hereditário” que se cobiçava na concepção eugênica quando postulou o conceito. Sendo assim, o “controle racial” traria a consequência eugênica da disposição das melhores estirpes.

Igualmente, se antes o pensamento das espécies ligava-se as proposições de Darwin, agora temos o mesmo elemento em direção a Galton. Não parece loucura afirmar que Kehl percebeu a similaridade no texto que propositalmente selecionou para fazer parte de uma de suas obras mais propagandísticas da eugenia. Ao selecionar um determinado texto que fala de “selecionar a espécie humana”, ele tentou dar um argumento de autoridade de uma civilização que era exemplar para justificar sua visão. Nessa linha objetiva, Sócrates sentencia o resultado do controle “eugênico” humano, “escolhendo os indivíduos mais indicados para dar filhos sãos, vigorosos, inteligentes, capazes de aumentar o valor físico e moral da raça” (sic). Ademais, Sócrates lançava as sementes daquilo que se projetava na própria eugenia, uma sociedade com proles vigorosas, selecionadas, dotadas de harmonia igualmente física e moral, o que, para Kehl, poderia parecer um excelente elemento propagandístico. Daí em diante, na obra, há um mergulho temporal por Kehl onde depreciará a Idade Média considerando-a um período de “trevas e humilhação do corpo” (KEHL, 1929, p.10) até chegar ao tempo de Galton, o reconhecido “pai da eugenia” a quem Kehl considera o criador como “ciência biológica sistematizada” (sic) (KEHL, 1929, p.13). Deste modo, estabelece-se a ligação do tempo eugênico que Kehl projeta em seu livro. Em outras palavras, a referência aos Antigos e a ciência do seu tempo. Mesmo assim, ainda faz questão de adicionar um “complemento histórico” reafirmando o valor dos Gregos Antigos para a eugenia, onde aponta referências e autores que para ele são os precursores desta ciência. Por fim, consolida as raízes de uma possível escola eugênica Antiga, “Theognis de Megana nas ‘Elegias’, Eschylo em ‘As Eumédines’ e as ‘Supplicantes’. Platão na ‘República’ e ‘As leis’, Aristoteles na ‘Política’, são outros precursores da doutrina eugênica” (sic) (KEHL, 1929, p.13). Portanto, a história e, sobretudo, os antigos fundamentariam as “lições de eugenia” na sua carga temporal.

COMENTÁRIOS FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos estabelecer raízes do discurso eugênico da ciência moderna de Kehl com uma justificativa histórica para o eugenista advinda nos Antigos, mais especificamente, da Grécia Antiga. Nesse ínterim, a fortuna crítica da eugenia nos deu os caminhos para nos situarmos as pistas do nosso trabalho, mas é na produção intelectual de Kehl, em *Lições de Eugenia*, que pudemos essencialmente analisar mais por dentro as razões que o levaram a reproduzir esse discurso na obra.

Comparações parecidas entre “antigos e os contemporâneos”, por assim dizer, foi percebido nas análises de Rodrigo Turin ao investigar o IHGB, e, porque não, referenciar François Hartog novamente na “inspiração dos antigos” – que inclusive o autor elabora um extenso debate sobre a pertinência do uso dos antigos como material historiográfico, do qual, recomendamos a leitura. Ainda nas palavras de Hartog, ele cita João De Salisbury, que por sua vez, faz referência a Bernard de Chartres onde seríamos “como anões sobre os ombros dos antigos, já que podemos enxergar mais coisas e mais longe que eles, não por causa da acuidade de nossa visão nem da altura de nosso talhe, mas porque fomos erguidos e mantidos do alto pela grandeza dos gigantes” (HARTOG, 2003, p.12).

Talvez, estes gigantes colossais consistiriam numa representação das bases de uma ciência que ganhou sua autonomia e desenvolveu-se no empirismo da segunda metade do século XIX mediante as suas limitações do “fazer ciência” de um determinado contexto histórico. Mais longe ainda, Kehl estaria nos ombros desses gigantes assim como Platão, Sócrates, Glauco e Lycurgo que enxergou muito além dos olhos desses antigos, mas referenciando a eles por erguerem em seus ombros e fazer estes modernos avistarem além do talho que possuíam. *Lições de Eugenia* possivelmente responde essa pergunta na contextualização história por Kehl da eugenia e sua relação com a Antiguidade.

FONTES

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. 4ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development**. London: Macmillan and Co, 1883.

KEHL, Renato. **Educação Moral**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

_____. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. **Sexo e Civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

BIBLIOGRAFIA

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do Capital, 1948-1857**. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A era das Revoluções 1789-1848**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. **Raça como questão: história ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 25-49.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS, José Roberto Franco. "**De pequenino é que se torce o pepino**": a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1930-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em história das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro. 2006.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

TURIN, Rodrigo. Entre os “Antigos” e “Selvagens”: Notas sobre o uso da comparação no IHGB. **Revista de História** - edição especial, p.131-146. 2010.